

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.193.712 - SP  
(2017/0275578-4)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : R L DE G**  
**ADVOGADO : GUSTAVO CANHASSI BACCIN - SP147219**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

**R. L. DE G.** agrava de decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que deu parcial provimento ao apelo defensivo para, mantida a condenação do recorrente pela prática do crime de coação no curso do processo, reduzir a pena para 1 ano de reclusão, em regime aberto, e 10 dias-multa, com suspensão condicional da pena privativa de liberdade pelo período de 2 anos.

Em suas razões, sustenta a defesa, em síntese, que a conduta do réu é atípica, porquanto praticada após a audiência de instrução e julgamento, isto é, quando a testemunha ameaçada já havia prestado seu depoimento. Além disso, assinala que o dissídio jurisprudencial ficou devidamente caracterizado, nos termos da legislação de regência.

Contrarrazoado o agravo (fls. 538-549), foram os autos ao Ministério Público Federal, que se manifestou pelo seu não provimento (fls. 2.440-2.443).

**Decido.**

Em que pesem os argumentos externados pelo insurgente, a decisão impugnada deve ser mantida. Deveras, para a configuração do delito pelo qual o réu foi condenado, é irrelevante que a ação delitiva produza ou não algum resultado. Além disso, assinalou o acórdão proferido em apelação o seguinte (fls. 375-377):

[...] sendo certo que sequer havia terminado a fase de instrução, de modo que as testemunhas, ora vítimas,

poderiam ser reinquiridas para prestar novos esclarecimentos sobre os fatos. Sobreleva notar que a grave ameaça contra as vítimas foi praticada após elas testemunharem contra o genitor do réu no processo 3000206-70.2013.8.26.0595 (fls. 237), o que não deixa dúvida de que a finalidade dele era favorecer o interesse de seu genitor[...].

[...] o ofendido [...] foi categórico em suas declarações (fls. 16, 65, 178/185). Nas duas oportunidades em que foi ouvido contou que era testemunha num processo criminal no qual o pai do réu era acusado de crime sexual perpetrado contra sua esposa [...]. Diante disso, [...] passou a ameaçá-lo. Disse que somente após a terceira ameaça, feita por telefone, é que decidiu registrar queixa na polícia.

Tal quadro fático, que ratifica o acerto na compreensão do Tribunal de origem, denota que a conclusão quanto à tipicidade da conduta não se baseou em presunção, como afirma o agravante no especial, mas em circunstâncias de fato que não podem ser reexaminadas pela via do especial (óbice da **Súmula n. 7 do STJ**).

Em relação ao dissídio, não observo, no aresto paradigma, a existência de similitude fática, na medida em que a ameaça foi dirigida a pessoa estranha ao processo (fl. 427), diversamente da hipótese dos autos. Além disso, como destacou o Ministério Público Federal, valendo-se da jurisprudência desta Corte, "acórdão proferido no julgamento de conflito de competência não se presta como paradigma para a demonstração de divergência jurisprudencial. Confira-se: 3ª Seção, AgRg no EREsp 1488028/SC, Rel. Min. Ribeiro Dantas, j. em 11/10/17)" (fls. 582-583).

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, IV, "a", do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, **nego provimento ao agravo em recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator